



4090 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT05 - Estado e Política Educacional

AS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS ESCOLARES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ-RN  
Francisca de Fátima Araújo Oliveira - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Maria Nilza Batista Luz - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

### **AS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS ESCOLARES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO NAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ-RN**

#### **RESUMO:**

O estudo enfatiza as contribuições do Projeto Político-Pedagógico em escolas municipais de Mossoró-RN. Entrevistou conselheiros escolares. O PPP e conselho escolar ensejaram mudanças para o funcionamento e democratização dos processos decisórios; apesar das mudanças, a democratização da gestão preconizada e defendida por estudiosos da política educacional, precisa avançar para se consolidar, no interior das escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto Político Pedagógico. Gestão Democrática. Participação.

### **AS CONTRIBUIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS ESCOLARES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE MOSSORÓ-RN**

#### **INTRODUÇÃO**

Desde o início da década de 1980 tem se intensificado a produção acadêmica acerca da importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento de gestão político-administrativa e de conquista da democratização e da autonomia escolar, incitando o debate em torno do tema. Tal discussão culminou com o fato de que a matéria foi contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, pois o art.12 da lei incumbe os estabelecimentos de ensino de elaborar e executar a sua proposta pedagógica e o art. 14 da citada lei determina que as regras de gestão democrática do ensino público serão definidas pelos sistemas de educação, considerando as peculiaridades e em consonância com os princípios da participação dos profissionais da educação na formulação do Projeto Político Pedagógico da escola.

Para Castro Neves (1998), conforme o que está determinado no artigo 12 da LDBEN, o projeto pedagógico proporciona à escola a autonomia que ela nunca teve. Tal autonomia se concretiza com a prerrogativa de que a escola tem que elaborar uma proposta pedagógica importante para a sociedade e para a comunidade na qual ela está inserida.

A Lei 13.005/2014, que define políticas para a educação brasileira referente ao decênio 2014-2024, apresenta como uma das estratégias para atingir médias desejáveis até 2024 para a educação básica: a necessidade de apoio técnico e financeiro à gestão escolar, inclusive, transferindo recursos financeiros diretamente para a escola, com o intuito de ampliar a participação da comunidade escolar nos processos de planejamento e aplicação desses recursos e com vistas ao desenvolvimento da gestão democrática.

Diante do exposto, a pergunta inicial é: que mudanças ocorreram na gestão das escolas com a participação dos segmentos no Conselho Escolar e a elaboração/ implantação do Projeto Político Pedagógico nas escolas do sistema municipal de ensino de Mossoró?

Esta investigação apresenta como objetivo geral: Identificar mudanças ocorridas na gestão das escolas públicas do Sistema Municipal de Educação da cidade de Mossoró, com a participação dos segmentos no Conselho Escolar e com a elaboração/implantação do Projeto Político-Pedagógico. Já os objetivos específicos foram: identificar as formas que as escolas utilizaram para a elaboração, execução e acompanhamento do PPP; identificar os avanços ocorridos nas escolas após implantação desse PPP em relação à participação dos segmentos no Conselho Escolar e na democratização da gestão.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos utilizamos entrevistas semiestruturadas realizadas com os representantes de cada segmento. As perguntas da entrevista foram organizadas em blocos separados quanto à democratização da escola, quanto a participação do conselho e sobre como as discussões foram colocadas em prática, no âmbito escolar. Ao todo, foram entrevistados seis membros do conselho de duas escolas, sendo eles: dois representantes dos professores, um da escola da zona rural e o outro da escola da zona urbana; o representante dos pais da escola da zona urbana; a diretora da escola da zona urbana e o representante dos alunos da escola da zona urbana e o presidente do conselho, representante dos técnico-administrativos, da escola da zona rural. Para salvaguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa serão utilizados nomes fictícios para tratar dos entrevistados e das escolas. A análise dos dados fundamenta-se em estudiosos sobre Projeto Político-Pedagógico, como Castro Neves (1998), Veiga (2004).

O texto é constituído desta introdução, de um ponto contendo uma breve discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico e participação de mais um item com a visão dos entrevistados sobre a participação dos segmentos no Conselho Escolar das instituições pesquisadas, a partir da implantação do PPP. Por fim, nas considerações finais apresentamos as nossas impressões sobre os resultados da pesquisa.

## **1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Nesse item apresentamos uma breve discussão acerca do Projeto Político-Pedagógico como elemento propiciador da autonomia e democratização dos processos escolares. O PPP é um planejamento do que se pretende fazer na escola. Gadotti (1998), citado por Veiga (2004) adverte que quando um projeto escolar vai ser montado tem que se levar em consideração:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579 *apud* VEIGA, 2004, p. 12).

Veiga (2004), considerando as reflexões de Gadotti (1994), afirma que o Projeto Político-Pedagógico é mais do que um agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. A autora também chama a atenção para o fato de que o PPP não é construído para ser apenas guardado em uma gaveta, portanto, uma das características desse documento escolar é a intencionalidade.

É interessante ressaltar que todos os processos de participação são lentos em virtude das dificuldades que se apresentam, mas tais dificuldades devem servir de incentivo para a busca por espaços de discussão e de prática. Por isso que Demo (1996, p. 19) afirma que "[...] não é realista apresentar a falta de espaço de participação como problema em si. Na verdade, é apenas ponto de partida [...]".

Já Faundez (1993) sobre a participação no processo educacional observa o seguinte:

Se o processo educacional é um processo destinado a criar uma nova pedagogia, uma nova democracia, uma nova concepção de poder, uma nova sociedade, a comunidade inteira deveria estar vigilante para este processo se faça através de uma participação crítica, criativa, livre e ativa (FAUNDEZ, 1993, p. 34).

Esse mesmo autor, discorrendo sobre a participação na elaboração dos programas educativos, afirma que: "A participação de todos aqueles que tomam parte no processo educativo é um dos objetivos essenciais e igualmente uma das condições fundamentais para o êxito de tal processo" (FAUNDEZ, 1993, p. 40).

Com isso, pode-se perceber que a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar nas tomadas de decisão, na elaboração, execução e acompanhamento/avaliação do PPP da escola é de fundamental importância.

Existe uma vasta literatura contendo discussões, fruto de pesquisas realizadas na escola básica, que aponta a falta de participação e a inexistência de mecanismos internos de controle e participação dos segmentos, como causa do fracasso do PPP. Quando isso acontece, o PPP se caracteriza, apenas como um documento para cumprir uma formalidade, uma exigência legal.

É importante enfatizar que um PPP construído coletivamente é transparente, democrático, intencional, portanto, confere identidade e autonomia à instituição escolar.

Esses princípios servirão de base e fundamentação para a análise dos dados relativos à pesquisa realizada em escolas da zona urbana e rural sobre o PPP e o Conselho escolar que serão apresentados no próximo ponto.

## **2 A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DOS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR**

Como este texto é fruto de uma pesquisa realizada na escola da educação básica, fizemos o recorte de um bloco de questões e em cada uma das perguntas elaboradas para o primeiro tópico da entrevista buscou conhecer a visão que cada representante possui quanto à democratização da escola, para construir um perfil de como o PPP da escola funciona e como ele afeta, de fato, a gestão e o funcionamento do conselho escolar.

Nesse sentido, as questões referentes à primeira parte da entrevista versaram sobre: o conhecimento acerca do PPP da escola; a opinião dos entrevistados sobre o PPP ter trazido mudanças favoráveis à escola; e sobre quando pode ser percebido que a gestão da escola é democrática, ou quando as decisões são coletivas.

O presidente do conselho da escola da zona rural, indagado se conhecia o PPP da escola onde trabalha, ele respondeu explicando que há pouco tempo havia assumido o cargo e, por isso, até então, não tinha lido o PPP, como deveria, pois ainda era muito recente e ele não tivera tempo para uma leitura minuciosa.

Eu não tenho muita experiência no assunto porque eu assumi agora tá. Deve estar com um mês e pouco e aí... A gente já... Eu já dei uma olhada por cima nos meus deveres, no que eu tenho que fazer... Certo... E de dessa leitura eu estou procurando seguir o que pede... O que manda... que está na lei, e aí... Como é que a gente funciona aqui... Quando existem problemas o diretor convoca o conselho pra ajudar ele em alguma coisa, aí até agora como tá com um mês a gente já fez reunião pra discutir sobre o recurso do FUNDEB... Que tem muita coisa pra fazer, pra comprar, aí a gente sentou pra ver as prioridades, pra comprar o que o dinheiro dá (Conselheiro presidente zona rural).

Com isso, é perceptível a posição do Conselheiro sobre o PPP da escola em questão, pois mesmo em pouco tempo de gestão ele se esforça para que o projeto não seja tratado apenas como uma pilha de papel guardada em uma gaveta.

Já a diretora da escola da zona urbana diz que:

O projeto político-pedagógico, não só dessa escola, mas das escolas de maneira geral é onde dá o norte pra que a gente possa trabalhar em harmonia, em... que a possa-se planejar pra realizar as atividades de acordo com o projeto político-pedagógico, e o da escola, ele existe sim, foi reformulado em... não foi reformulado em 2017... foi reformulado em 2016, esse ano nós trabalharemos... já estamos marcando para trabalhar na questão do projeto-político pedagógico e pra que a gente possa ter... assim, mais facilidade de trabalhar as atividades da escola (Conselheira diretora zona urbana).

Na fala da diretora da escola de zona urbana é possível perceber, mais uma vez, que o PPP da escola é o que norteia a organização, pois como Veiga (2004, p.13) define, "o projeto busca um rumo, uma direção".

O professor da escola de zona rural em resposta à mesma questão enfatizou a importância do professor conhecer o PPP da escola onde está situado:

Assim... O projeto político-pedagógico é de fundamental importância pra todo... Principalmente para o professor todo profissional deve conhecer, né... Que a gente participa até da construção do projeto... É de grande importância a gente ter esse conhecimento. (Conselheiro professor zona rural).

O professor da escola de zona urbana mencionou a importância da inserção das necessidades dos alunos e da escola para/na construção do projeto:

Conheço... ele foi elaborado já há alguns anos e visa criar normas para que... tragam o bom funcionamento da escola, baseado nos nossos alunos que estão inseridos... não é somente na realidade do no nosso bairro, porque nós temos alunos de vários bairros da cidade, então baseados nesses alunos e nas necessidades da escola foi criado esse projeto. Ouve um grupo que redigiu, mas o que foi redigido foi discutido com os professores, teve reuniões... Isso, na verdade, demorou quase um ano para ele ficar pronto (Conselheiro professor zona urbana).

Com isso, outro aspecto do PPP pode ser introduzido à discussão, como aponta Veiga (2004, p.13), quando define que “Nesse sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola na busca de alternativas ativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”. Ou seja, o PPP contém as metas a serem alcançadas, porém essas metas são criadas com base nas necessidades dos alunos e da própria instituição.

É importante destacar que as mudanças que ocorreram nas escolas municipais de Mossoró, através da implementação do PPP, mostram-se evidentes conforme as falas dos sujeitos das escolas da zona urbana e rural, pois, todos relatam que os conselhos escolares têm papel fundamental com participação dos representantes de cada um dos segmentos da escola, no acompanhamento e execução das ações desenvolvidas na escola. O PPP da escola deve representar também esse momento participativo que reflete o conselho escolar, pois o PPP deve ser antes de um documento, um instrumento de construção coletiva, possibilitando que o PPP das escolas pesquisadas favoreça uma maior interação entre os segmentos da escola, sejam elas urbanas ou rurais.

Com a visita às escolas e as entrevistas com os representantes dos segmentos no conselho escolar, foi possível constatar que o PPP trouxe propostas diferentes e que essas propostas foram realmente colocadas em prática. É, também, possível notar que os representantes dos segmentos têm ciência das possibilidades que a implementação do PPP trouxe para as escolas onde atuam, ou seja, o PPP e o conselho escolar trouxeram mudanças significativas para o funcionamento e para a democratização dos processos decisórios das escolas pesquisadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática sistemática da participação dos segmentos escolares é importante porque contribui para a extinção de práticas de gestão centralizada, leva à eliminação de diferenças entre dirigentes e dirigidos e ensina a consolidação da participação nos processos decisórios da escola. Nesse sentido, podemos dizer que a participação do conselho escolar na construção e execução do PPP contribui para a democratização das relações no interior das escolas pesquisadas.

Entretanto, é oportuno afirmar que, apesar das mudanças constatadas, a democratização da gestão preconizada pelos instrumentos normativos e defendida pelos estudiosos da política educacional ainda precisa de avanços e conquistas dos segmentos escolares para se consolidar, no interior da escola.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília. 1996.

\_\_\_\_\_, Lei 13.005/2014. Aprova Plano Nacional de Educação 2014/2024. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília. 2014.

CASTRO NEVES, Carmem Moreira. O Projeto Pedagógico na Lei de Diretrizes e Bases. In SILVA, Eurides Brito (Org.). *A educação pós LDB*. São Paulo: Thomson Pioneira. 1998.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 3. ed. São Paulo: Cortez. 1996.

FAUNDEZ, Antonio. *O poder da participação*. São Paulo: Cortez. 1993.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2004.